

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 5.925, DE 2019

(Apensado: PL nº 1.769/2020, PL nº 1.858/2020 e PL nº 2.789/2020)

Desonera rações e suplementos para alimentação bovina do pagamento da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP e da Contribuição para o financiamento da Seguridade Social - COFINS, nos termos em que especifica.

Autor: Deputado ISNALDO BULHÕES JR.

Relatora: Deputada BIA KICIS

I - RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania o Projeto de Lei nº 5.925, de 2019, de autoria do Deputado Isnaldo Bulhões Júnior, que propõe a desoneração da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP e da Contribuição para o financiamento da Seguridade Social – COFINS para rações e suplementos para alimentação de bovinos e bubalinos.

Na verdade, a proposição reduz a zero as referidas alíquotas quando incidentes sobre a importação e sobre a receita bruta decorrente das rações e suplementos destinados à alimentação dos destacados animais e, para tanto, altera a redação do art. 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004.

Em sua justificativa, o Autor registra com precisão que no final de 2010 foi concedida desoneração do PIS/PASEP e da COFINS às cadeias produtivas de aves e suínos, a qual, embora tenha sido uma iniciativa relevante, não teria contemplado os insumos de outras cadeias produtivas com a mesma importância. Registra, ademais, a notoriedade da corrosão da lucratividade pela absorção do custo, situação que decorre do não aproveitamento dos créditos pagos na aquisição dos



ingredientes utilizados na produção de rações que não foram contempladas pela desoneração, como para bovinos, caprinos, ovinos e aquicultura.

Conclui a justificativa relatando que o Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal, em estudo com a Consultoria MB Agro, teria constatado que a desoneração da contribuição do PIS/PASEP e da COFINS para as rações poderia aliviar o custo na produção de carne bovina e do leite, razão pela qual o Autor conta com o apoio dos seus Pares para a aprovação da matéria.

Ao projeto de lei foram apensadas as seguintes proposições:

- **Projeto de Lei nº 1.769, de 2020**, de autoria do Deputado Zé Vitor, que reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a receita bruta e sobre a importação de rações para peixes, crustáceos, moluscos e demais invertebrados aquáticos;

- **Projeto de Lei nº 2.789, de 2020**, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que prevê a suspensão das referidas contribuições em relação à receita bruta decorrente da venda, no mercado interno, de preparações utilizadas na alimentação de peixes, crustáceos, moluscos e demais invertebrados aquáticos, e isenta das contribuições a receita das vendas internas de camarão in natura ou beneficiado;

- **Projeto de Lei nº 1.858, de 2020**, de autoria do Deputado Júlio César Ribeiro, que isenta da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS as receitas decorrentes das vendas no mercado interno de preparações destinadas à alimentação de bovinos, suínos, peixes, crustáceos, moluscos e demais invertebrados aquáticos.

Sujeita ao regime de tramitação ordinária e à apreciação conclusiva pelas Comissões, a matéria foi distribuída às Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; Finanças e Tributação (mérito e art. 54, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados) e Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54, RICD).

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, em 25/08/2021, decidiu pela aprovação dos Projetos de Lei nº 5.925, de 2019; nº 1.769, de 2020; nº 1.858, de 2020 e nº 2.789, de 2020, na forma de substitutivo, tudo nos termos do parecer do Deputado Lúcio Mosquini.



O Substitutivo foi apresentado, segundo o Deputado Relator, de modo a englobar a isenção prevista nas proposições apreciadas e a aperfeiçoar o texto na referência à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Assim, deu-se nova redação ao inciso XLIII do art. 1º da Lei nº 10.925, de 2004, para indicar os produtos beneficiou com a redução tributária e alterou-se a redação do § 8º do mesmo art. 1º, para determinar que a redução a zero de que trata o referido inciso XLIII, não alcança a receita bruta auferida nas vendas a varejo e será aplicada nos termos e condições estabelecidos pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil. Por fim, o Substitutivo aprovado alterou o art. 28 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, que passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XXXVIII: “camarão in natura ou beneficiado”.

A Comissão de Finanças e Tributação, em 10/06/2022, concluiu pela adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 5.925/2019, dos PLs nºs 1.769/2020, 1.858/2020, 2.789/2020, apensados, e do Substitutivo adotado pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, com subemenda. No mérito, decidiu pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.925/2019, dos apensados PLs nºs 1.769/2020, 1.858/2020, 2.789/2020 e do Substitutivo adotado pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, com subemenda, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Evair Vieira de Melo.

A Subemenda dispõe em seu art. 1º que “Esta Lei reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a importação e a venda no mercado interno de rações e suplementos destinados à alimentação de bovinos, bubalinos, peixes vivos, crustáceos, moluscos e invertebrados aquáticos e sobre a venda no mercado interno de camarões in natura ou beneficiados e reduz o valor do crédito presumido das contribuições incidente sobre a aquisição de bovinos, ovinos e caprinos”.

Em seguida, no art. 2º, a Subemenda dá nova redação ao art. 28 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, que passa a vigorar acrescido do XXXVIII, com a seguinte redação: “camarão in natura ou beneficiado”.

Na sequência, em seu art. 3º, o Substitutivo altera a redação do art. 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, precisamente do inciso XLIII, indicando quais produtos são beneficiados com a redução a zero das alíquotas da contribuição



para o PIS/PASEP e COFINS incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno.

Por fim, a Subemenda dá nova redação aos artigos 33 e 34 da Lei nº 12.058, de 13 de outubro de 2009, e propõe que a Lei decorrente entre em vigor no primeiro dia do quarto mês do ano subsequente ao de sua publicação e terá vigência até o quinto ano após a entrada em vigor.

No âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, no prazo regimental de cinco sessões, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

Incumbe à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania examinar o Projeto de Lei nº 5.925/2019, os PLs nºs 1.769/2020, 1.858/2020, 2.789/2020, apensados, o Substitutivo adotado pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e a Subemenda aprovada pela Comissão de Finanças e Tributação, devendo fazê-lo quanto aos aspectos constitucional, jurídico e de técnica legislativa, nos termos dos arts. 32, IV, “a”, e 54, I, da norma regimental interna.

O exame da **constitucionalidade formal**, considere-se que as proposições examinadas tratam de matéria tributária, precisamente sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP e da Contribuição para o financiamento da Seguridade Social – COFINS incidentes sobre a importação e a venda no mercado interno de rações e suplementos destinados à alimentação animal.

Trata de matéria atribuída constitucionalmente à competência da União por se tratar de tributos federais. Em consequente, a competência também é atribuída ao Congresso Nacional, nos termos do *caput* do art. 48 da mesma Carta Política, que lhe acomete dispor sobre as matérias de competência da União. Acrescente-se que a temática não se situa entre as iniciativas constitucionalmente reservadas, circunstância que habilita sua apresentação pelo Presidente da República



(art. 61, *caput*, da CF/88) e qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

Quanto à iniciativa parlamentar, as proposições estão alinhadas com o entendimento do Supremo Tribunal Federal no sentido de reconhecer a competência concorrente entre Executivo e Legislativo para a iniciativa legislativa de leis que versem sobre matéria tributária.

Prosseguindo na análise formal, também se verifica a adequação da espécie normativa empregada na elaboração das proposições, por não haver exigência constitucional de lei complementar ou outro veículo normativo para a disciplina do assunto.

Analisada a compatibilidade formal, examina-se, a seguir, **a constitucionalidade material e a juridicidade** das proposições, registrando-se, de plano, não se vislumbrar nenhum confronto com a nossa Carta Política ou com normas infraconstitucionais do ordenamento jurídico. Além de atenderem ao princípio de justiça tributária, as proposições se alinham com a política adotada no âmbito do Imposto sobre Produtos Industrializados.

Por fim, no que tange à **técnica legislativa e redação**, as proposições atendem às disposições da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Ante o exposto e reafirmando o nosso compromisso com todas as medidas legislativas que buscam aprimorar o nosso sistema tributário, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 5.925/2019, dos PLs nºs 1.769/2020, 1.858/2020, 2.789/2020, apensados, do Substitutivo adotado pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e da Subemenda aprovada pela Comissão de Finanças e Tributação.

Sala da Comissão, em de de 2022.

Deputada BIA KICIS
Relatora

